

**Local: Sala de reuniões do CREAS III, na AV.Rio de Janeiro,nº. 1288 - Centro**  
**Data: 12 de março de 2013, Terça-feira.**

1 Aos doze dias do mês de março de dois mil e treze, na avenida Rio de Janeiro, 1288-Centro,  
2 sala de reuniões do CREAS III, aconteceu a primeira reunião do mês de março do Conselho  
3 Municipal de Assistência Social, com a presença dos seguintes membros: Conselheiros  
4 governamentais Tércia Lamonica Azevedo de Oliveira, Sandra Cristina Bianconi, Sandra  
5 Regina Nishimura, Gisele de Cássia Tavares, Paulo Sergio Aragão, Cirlene Maria Ferreira  
6 Fonseca; Viviane Braz Itakura; Marisa Izabel Bissi Castanho; Luciana Ferreira Alvarez; Ana  
7 Paula Galdim ramos; Denise Galhardi Motter; Almir Escatambulo; Mara Regina Safadi  
8 Maricato; Gabriela Fernanda Medeiros Ignacio; Justificou ausência o conselheiro Aurelio  
9 Caetano da Silva e a conselheira Maria Aparecida Kaster; e como conselheiros da Sociedade  
10 Civil estiveram presentes: Ellen Priscila Marques Figueredo; Nelma dos Santos Assunção;  
11 Maria de Fátima dos Santos Reale Prado; Elaine Cristina de Oliveira; Lidia da Conceição  
12 Lucas Loback;; Joana Darc Alves; Almezino Alves de Souza; Ordália de Fátima Braganholi  
13 Ferreira; Carla Mancebo Esteves; Justificaram ausência: Mariana Barros de Oliveira, Maria  
14 Vany Souza da Costa Neves; Regina Elizabeth Russo Humming; Sueli Aparecida Lourenço.  
15 Também registraram presença: Márcia Valim Paiva; Lívia M. Salvioni; Mileane Santos  
16 Dacome; Maria Edna Chagas Silva; Andressa Baretta; Wilson Silva Silvestre Neto; Cristiana  
17 G. Gonçalves; Andressa Ulandin; Ademir Gervásio; Claudines S Perozin; Janaina Messias;  
18 Joseane Aparecida Dias; Fernanda C. Barbosa; Ednadi J. P. Biliatto; Ana Claudia Cardia;  
19 Denise Maria Fank de Almeida. A presidente **Sandra Bianconi** iniciou a reunião dando boas  
20 vindas a todos, e apresentando a pauta do dia: **1. Apreciação da pauta; 2. Apreciação e**  
21 **aprovação da ata do dia 26/02/2013; 3. Palavra Aberta; 4. PRONATEC – Apresentação**  
22 **do Programa, Resultados 2012 e Ações 2013; 5. Diretoria de Gestão do Sistema**  
23 **Municipal de Assistência Social – PPA/ Reprogramação de Saldos PAC I e II/ Convênio**  
24 **Operação Noite Fria; 6. Indicação de Conselheiro para o Comitê Gestor dos**  
25 **Telecentros; 7. Relato das Comissões; 8. Informes; 9. Outros.** Após a leitura da pauta,  
26 não havendo pedido de inclusão de novo ponto houve o pedido de inversão do ponto de  
27 pauta para que o relato da Comissão que realizou o estudo do auxílio funeral realizasse o  
28 relato de seus trabalhos com antecedência dos demais pontos, deixando o ponto do  
29 PRONATEC para ser o ponto a seguir. A solicitação foi acatada pela plenária. Logo em  
30 seguida deu-se a aprovação da Ata do dia 26/02/2013 sendo apenas corrigido o nome da  
31 Conselheira Viviane Braz. Não havendo nenhuma outra questão a plenária aprovou a ata. Em  
32 seguida, passou-se para o próximo item da pauta que trata do estudo de auxílio funeral.  
33 Wilson representante da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - inicia sua fala  
34 relatando os trabalhos desta comissão que constatou após o estudo mais detalhado, que os  
35 valores destinados a esse auxílio precisam ser revistos. Afirmou que as defasagens de forma  
36 geral em cerca de 30%. Andreza expôs que o Conselho Fiscal da ACESF aprovou a  
37 construção de uma nova tabela a qual ainda está em construção. Destaca a necessidade de  
38 uma pactuação com o gestor municipal antes desta nova tabela entrar em vigor. Reforçou  
39 que hoje há um sucateamento e que existe a necessidade de uma nova tabela de custo para  
40 que o mínimo possa ser feito para esse serviço. Além disso, é necessário que seja visto a  
41 questão de quilometragem. Sensibiliza que algumas pessoas falecem em outros municípios e  
42 os familiares não possuem condições de buscá-los. Nesse sentido, Andreza reforça que  
43 antes de passar a planilha para o CMAS é necessário que a mesma seja aprovada pelo  
44 Prefeito. A presidente do Conselho retomou sobre a proposta do custo e daquilo que precisa  
45 ser readequado do que está previsto atualmente na Resolução 115 de 2012 do CMAS.

46 Andreza retomou a palavra e disse considerar importante fazer uma média do que tem sido  
47 gasto para ser feito uma apresentação para que a Assistência Social pague o serviço que  
48 realmente for prestado. Acrescentou que toda a folha de pagamento sai da Autarquia da  
49 ACESF e que o repasse do Município é para a infraestrutura, nesse sentido esclareceu que a  
50 reunião com o Prefeito está agendada para o dia 21 de Março e que a planilha de custo  
51 depende desta reunião para sua finalização. A conselheira Gisele questiona sobre o impacto  
52 que esses valores poderão sugerir no orçamento da Assistência, porque inicialmente há uma  
53 previsão dos gastos dessa Secretaria. Andreza concorda e reforça que isso é fundamental e  
54 que essa é uma preocupação da Autarquia. Colocou ainda que há uma estimativa de  
55 R\$1.200,00 por atendimento e que no mês são efetuados cerca de 30 auxílio funerais. Tércia  
56 pediu a palavra e ressaltou que não há atualização dos valores repassados para a ACESF,  
57 fato reforçado por Andreza que fez uma explicação de que em sua fundação a ACESF  
58 absorveu muitos funcionários, e que não existia auxílio funeral, as isenções eram usadas  
59 para se fazer política, não havia a legalidade que há hoje e que os esforços estão no sentido  
60 de reestruturar a Autarquia a uma estrutura legal. Para esse valor colocado inicialmente de  
61 R\$1200,00, Andreza reforçou que todo o serviço seria coberto, ficando de fora apenas a  
62 questão da quilometragem. Sandra Nishimura acrescenta que é difícil estabelecer uma  
63 quilometragem prévia e que são raríssimos casos de quilometragem alta. Nesse momento  
64 questionou-se ainda sobre a questão dos membros (Situações em que não há um corpo, mas  
65 sim um membro apenas, braço, perna, por exemplo). Andreza declarou que a Autarquia não  
66 cobra por esse serviço, ficando estes desdobramentos todos a responsabilidade da própria  
67 ACESF. Cirlene e Denise Fank destacaram que anteriormente a Secretaria já realizou o  
68 pagamento das situações em que há o benefício aplicado aos membros. Andreza assegurou  
69 que hoje a Autarquia não cobra por esse serviço, sendo realizado uma revisão detalhada em  
70 suas planilhas não mais verifica a incidência destes pagamentos realizados pela SMAS. Com  
71 relação aos critérios relativos a quilometragem, Andreza reforça que a Autarquia não  
72 consegue analisar estes critérios pois não há a tecnicidade própria do Serviço Social para  
73 esse assunto e que tal fator é de certo modo imprevisível de exatidão. A presidente do  
74 CMAS, diante do fato de que a revisão de custos e do seu desdobramento em uma nova  
75 tabela de preços a serem pagos pela SMAS é iminente, questiona para a Comissão qual o  
76 impacto que a correção desses valores teria no Fundo Municipal de da Assistência. Wilson  
77 explica que hoje tem sido reservado a previsão de R\$ 252.000,00 anuais para o pagamento  
78 deste benefício e que, se aprovado pelo Prefeito, seria acrescentado a esse valor cerca de  
79 R\$100.000,00, passando para R\$352.000,00, valor este a ser alocado segundo o mesmo  
80 diante do remanejamento de despesas de custeio dentro do Fundo Municipal de Assistência  
81 Social. Tércia questionou novamente sobre a proposta da quilometragem e da sua  
82 previsibilidade, ao que Wilson respondeu que não se consegue prever com exatidão a  
83 quilometragem a ser utilizada pelo beneficiário. Denise sugeriu, então, que se calcule uma  
84 média da quantidade realizado nos anos anteriores, para que seja aproximado uma quantia  
85 para a previsão destes gastos junto ao benefício. Ednadi questiona se o objetivo dessa  
86 comissão é ser permanente ou transitória. Sandra Bianconi então explica que essa Comissão  
87 é temporária, porém, concorda que deveria ter uma Comissão permanente de  
88 acompanhamento do benefício de auxílio funeral. Ednadi reforçou a preocupação de  
89 alterações na composição do CMAS e que essas discussões então poderiam ficar perdidas.  
90 Tércia sugeriu, então, que essa Comissão continue até estabelecer os custos e fechar esse  
91 trabalho com a proposta de encerrar a Comissão e formar uma nova Comissão permanente  
92 de acompanhamento, ou ainda incorporar membros desse Conselho no Conselho Fiscal da  
93 ACESF. Wilson colocou que a última resolução de 115/2012 que previa o repasse da

94 Assistência para o pagamento dos Benefícios dos Auxílios Funerais a ACESF expirou em  
95 Dezembro de 2012 e questiona sobre o repasse desse período em que se discute a nova  
96 planilha. Gisele Tavares sugeriu prorrogar essa resolução até a nova publicação com os  
97 novos valores. Decidiu-se então por aguardar os trabalhos da Comissão e apresentação da  
98 planilha de custos e do valor a ser repassado da SMAS para a ACESF para então emitir uma  
99 deliberação sobre as necessidades de adequação, em tempo deliberou-se ainda pela  
100 prorrogação da Deliberação número 115 de 2012 do CMAS e ainda a convalidação de seus  
101 atos nos termos de seus custos. Em seguida passou-se para o próximo ponto de pauta,  
102 sobre a apresentação do PRONATEC. A Diretora da Proteção Social Básica da Política  
103 Municipal de Assistência Social destacou que dentro desta nova gestão, a SMAS interpretou  
104 e deliberou que o PRONATEC estaria mais vinculado a Gerência de Inclusão Produtiva.  
105 Destaca ainda que a gerente da Inclusão Produtiva está de férias, mas que em seu retorno a  
106 gestão do programa já estaria se vinculando a ela. Os argumentos com relação ao  
107 PRONATEC foram dirigidos pela sua coordenadora a Sra. Valéria. A mesma retomou o  
108 histórico do programa ressaltando que o programa foi implantado em Londrina no ano de  
109 2012 e que ela assumiu a sua coordenação em julho. A Sra. Valéria afirmou que este  
110 programa é originário do Ministério da Educação e Cultura – MEC – e que no seu  
111 desenvolver foi agregando demais órgãos, entre eles o Ministério do Trabalho e Emprego e o  
112 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Destaca que no que tange a  
113 Política de Assistência Social, este faz parte do Brasil Sem Miséria. Assim o foco de seus  
114 trabalhos se remete ao âmbito municipal nesta política. Relatou seus objetivos e público alvo.  
115 A Sra. Valéria destacou que a SMAS é uma das partes envolvidas na execução deste  
116 programa, sendo classificada como entidade demandante, sendo que as organizações que  
117 realizam os cursos são entidades executoras/ofertantes. Dentre os órgãos demandantes  
118 destacam-se, o CRAS, o CREAS e os demais serviços da rede socioassistencial, já como  
119 unidades executoras/ofertantes em Londrina, tem-se o SENAI, o SENAC o Instituto  
120 Tecnológico Federal do Paraná e o SEST SENAC. Valéria seguiu sua explanação afirmando  
121 a responsabilidade de cada ente, executor/demandantes e demandatários. Como objetivo do  
122 PRONATEC para 2013, Valéria colocou os seguintes pontos: ampliação de parcerias e oferta  
123 de curso no período noturno; melhoria do fluxo entre SMAS, SINE e executoras; estruturação  
124 física, material e humana para desenvolvimento; estabelecer parcerias com empresas locais  
125 visando empregabilidade dos capacitados pelo programa e execução do recuso financeiro,  
126 estando esse último em fase de discussão, sendo encerrado este ponto de pauta. A seguir,  
127 Sandra Nishimura pediu a palavra para apresentar dois informes: o primeiro refere-se ao  
128 processo desencadeado na prefeitura com a constituição de uma comissão de políticas  
129 públicas que tem por objetivo a articulação e integração das ações nesse espaço, com a  
130 preocupação de fomentar também a articulação das iniciativas de geração de trabalho e  
131 renda e de economia solidaria, foi organizada uma sub-comissão. Outro informe apresentado  
132 por Sandra Nishimura foi sobre a questão do Cadastro Único e aquelas famílias que não  
133 estão recebendo o novo valor, porém Sandra ressaltou que está sendo feito um mutirão na  
134 reserva do Apucarantina, e afim de readequar os funcionários que realizam o Cadastro  
135 Único, a SMAS está fazendo a substituição de 20 servidores além de receber novos  
136 estagiários para ajudar nessa função. A secretária da SMAS, Tércia, informou, também, que  
137 participa de uma comissão entre as políticas públicas afim de levantar a vulnerabilidade e  
138 potencialidade das regiões. Nesta questão Tércia falou que o Bairro Vista Bela é alvo  
139 prioritário das discussões, e que já existe um diagnóstico do que precisa se fazer em curto  
140 prazo. A seguir abriu-se a **palavra aos usuários** e o Sr Almezino questionou sobre o que  
141 havia sido falado na penúltima reunião sobre a Casa Acolhedora que estaria com problemas

142 financeiros, na questão, o conselheiro pergunta o que poderia ter acontecido e o que poderia  
143 melhorar. Sandra Bianconi ressaltou que a Casa Acolhedora não recebia recursos do  
144 Município que na última reunião deste Conselho passou a conveniar com o Município a fim  
145 de receber R\$70,00 por atendido mensalmente. Josiane Assistente Social da Casa  
146 Acolhedora, afirmou que a Casa Acolhedora foi fundada em 2007 e até então seus serviços  
147 eram realizados com recurso próprio. Reforçou, também, que a Diretoria tem participado  
148 efetivamente para o crescimento da instituição, aproveitando o ensejo estendeu o convite  
149 para conhecer a instituição a todos os presentes. O Conselheiro Paulo colocou que a SMAS  
150 acompanha os serviços que são conveniados com a PML e que, portanto, a Instituição passa  
151 a ser acompanhada efetivamente. O próximo ponto de pauta foi sobre o PPA e a  
152 reprogramação de saldos. Gisele iniciou falando sobre a Operação Noite Fria explicando que  
153 no ano passado ficou deliberado como aditivo das instituições que já realizam o serviço com  
154 esta população e que no momento a Secretaria está aguardando o resultado das metas do  
155 que definiria a demanda do inverno. Explanou também, sobre a possibilidade de contratação  
156 de serviços terceirizados para fazer acolhimento, como diárias em hotéis, quando se mostrar  
157 mais viável. Afirmou que o município já realizou este procedimento anteriormente, que  
158 atualmente aguarda uma decisão da comissão de serviço de acolhimento institucional que irá  
159 deliberar sobre as metas e as condições para a elaboração da proposta de serviço. Acerca  
160 do PPA, Gisele ressaltou que desde o ano passado está em construção uma metodologia de  
161 construção participativa deste instrumento de gestão, afirma que a gestão municipal irá  
162 realizar audiências públicas, e que estas já iniciaram seu processo de agendamento nas  
163 regiões. Denise Fank ressaltou que seria bom que as pré-conferências da Assistência Social  
164 fossem agendadas no mesmo período das audiências públicas nos territórios e pede o  
165 calendário geral das audiências para coincidir com as pré-conferências. Mara diz que está  
166 fechando as datas e locais que serão agendados e que vai passar o calendário para que os  
167 CRAS possam mobilizar e agendar as pré-conferências. Luciana pede que seja encaminhado  
168 para o Conselho do Idoso essa lista. Assim se procedeu a adequação para atender a  
169 metodologia municipal e a especificidade da Política Municipal de Assistência Social. A seguir  
170 a Presidente do Conselho coloca a necessidade de indicação de um conselheiro para o  
171 comitê gestor dos Telecentros, visto que já há um representante da SMAS e que este é  
172 governamental, sendo fundamental um conselheiro da sociedade civil. Como não houve  
173 voluntário e a participação dos conselheiros da sociedade civil está esvaziada, foi sugerido  
174 que se encaminhe uma correspondência aos conselheiros colocando a questão da  
175 participação no CMAS e nas comissões, incluindo a comissão que discute os Telecentros. A  
176 presidente expôs a necessidade de participação na Comissão Comunidades e a conselheira  
177 Fátima se colocou a disposição para participar da mesma. Passando para o relato das  
178 comissões, a conselheira Carla fez o relato da comissão de acompanhamento que se reuniu  
179 e marcou uma visita e devolutiva para o dia 22/03, juntamente com a comissão de fundo,  
180 comissão de inscrição e cadastro, a diretoria da Proteção Especial e a Gerência de  
181 Monitoramento e Avaliação à Instituição SOS. A comissão também avisa que vai se reunir  
182 toda segunda 2ª feira de cada mês. A secretária executiva do CMAS, Denise, aproveita a  
183 oportunidade para ressaltar que as Instituições deverão enviar até o dia 30 de abril o  
184 Relatório de Atividades e o Plano de Trabalho, e que, todo o Conselho precisará se envolver  
185 para o trabalho de análise e avaliação. A presidente Sandra Bianconi sugere, então, que se  
186 envie o ofício para as Instituições reforçando as datas e documentações necessárias. Denise  
187 Fank ressaltou que os modelos dos documentos estão no site da Prefeitura, mas que há a  
188 necessidade de olhar os documentos e atualizar, sugere que esse trabalho seja realizado  
189 pela Comissão de Inscrição. Com relação a análise dos documentos das Instituições,

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 12 de março de 2013.

190 Bianconi sugere que seja proposto um prazo para que o CMAS se organize para esse  
191 trabalho. As comissões de Fundo e de Inscrição não fizeram nenhum relato. A seguir a  
192 Comissão de Regulação, através de Gisele Tavares se reuniu dia 08/03 e reforça que a  
193 comissão não se resume as normativas, mas que precisa conhecer a legislação existente nos  
194 âmbitos municipais, estaduais e federais; identificar limitações, restrições e equívocos das  
195 legislações pertinentes; propor alterações da legislação municipal para o enfrentamento das  
196 dificuldades; e tem como propostas estudar leis e normativas. A Comissão da Conferência  
197 Municipal de Assistência Social expôs que está sendo planejada a programação. E, já está  
198 confirmada a participação da palestrante Luziele Tapajós, Secretária Nacional do MDS. No  
199 dia 28/06 o início da Conferência está marcado para as 17.00 h. Gisele Tavares sugere que  
200 se adiante a inscrição de candidato para conselheiro do CMAS, este chamamento anterior  
201 evita que no dia haja perdas e as pessoas que desejam participar do Conselho não possam  
202 participar da Conferência. A comissão coloca ainda que o próximo passo será o de formar as  
203 comissões de trabalho da conferência. Adianta também que o local pretendido é o espaço da  
204 Sociedade Rural do Paraná que estabelece os custos da hospedagem do evento em R\$  
205 7.000,00 para os dois dias. Quanto às pré-conferências, as mesmas estão sendo agendadas:  
206 a dos trabalhadores da Assistência está para acontecer no dia 05 de abril das 8.00 h. ao meio  
207 dia na EPESMEL; já a pré-conferência das Entidades está agendada para o dia 19 de abril no  
208 mesmo horário no espaço da Sercomtel. Estão sendo cotados os nomes das Professoras  
209 Jolinda e Márcia Pastor para as palestras. Passando para os Informes, a Presidente deste  
210 Conselho expôs que recebeu um ofício do CARI pedindo ponto de pauta neste Conselho para  
211 discutir auxílio de custo pela SMAS. Porém ressalta que o co-financiamento ainda não está  
212 sendo discutido e fará uma conversa com a coordenadora do CARI para que o mesmo  
213 responda ao chamamento público a partir de Maio de 2013. A Presidente também ressalta  
214 que o Conselho está sem técnico de gestão público e sem estagiário. A SMAS está no  
215 aguardo das convocações e se preparando para receber estagiários. Sem mais o que constar  
216 nesta, eu, Lidia da Conceição Lucas Loback, secretária executiva do Conselho lavrei a  
217 presente ata, que deverá ser submetida e aprovada no Conselho.